
MINUTA

**CÂMARA TÉCNICA DE INTEGRAÇÃO DE PROCEDIMENTOS, AÇÕES DE
OUTORGA E AÇÕES REGULADORAS - CTPOAR
ATA DA 63ª REUNIÃO**

Data: 23 e 24 de abril de 2008

Local: Auditório da SRHU, Brasília-DF.

REPRESENTANTES:

- Ministério da Integração Nacional: Stanley Rodrigues Bastos
(stanley.bastos@integracao.gov.br)
- Ministério do Meio Ambiente – ANA: Leonardo Mitre (mitre@ana.gov.br)
- Ministério do Meio Ambiente - SRHU: ausência
- Ministério das Minas e Energia: Andréa Figueiredo (andrea@mme.gov.br)
- Conselhos Estaduais - MG/ES: Wesley Gabrieli de Souza (wsouza@iema.es.gov.br)
- Conselhos Estaduais - SP/RJ: Leila de Carvalho Gomes (lgomes@sp.gov.br)
- Conselhos Estaduais - CE/BA: Luiz Henrique Pinheiro Silva (luiz.pinheiro@srh.ba.gov.br)
- Conselhos Estaduais - PB/PE: ausência
- Conselhos Estaduais - RN/AL: ausência
- Conselhos Estaduais - PI/SE: ausência
- Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica: Teresa Maria Arruda Lana
(teresa.lana@emaes.sp.gov.br)
- Irrigantes: Nelson Ananias Filho (nelson.filho@cna.org.br)
- Prestadoras de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário:
Erivelto Luiz Silveira (eriveltols@sanepar.com.br)
- Indústria: Patrícia Boson (tita@uaigiga.com.br)
- Comitês, Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas: Sebastião
Vainer Bosquilia (sbosquilia@sp.gov.br)
- Organizações não Governamentais: Paulo Fernandes Cardoso
(paulofernandes@copodhenfe.org.br)
- Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa: Tânia Lúcia Graf de Miranda
(tania.miranda@gmail.com)

DEMAIS PRESENTES:

- Ana Luiza Sabóia de Freitas (PETROBRAS) – anasaboia@petrobras.com.br
- Antônio Edson G. Farias (MME) – antonio.farias@mme.gov.br
- Célia Regina Buono Palis Poeta (SMA / SP) - celiap@cetesbnet.sp.gov.br
- Cilene de Freitas (ELABORE) – cilene.freitas@elabore.com.br
- Denise Alho (PETROBRAS) – denisealho@petrobras.com.br
- Glauco de Freitas (TNC) -
- João Clímaco (ONG) – climaco@uai.com.br (Conselheiro)
- Luísa Ramos Caetano (ELABORE) – luisa.caetano@elabore.com.br
- Marília carvalho de Melo (IGAM / MG) – marilia.melo@igam.gov.br
- Rachel Landgraf de Siqueira (SRHU/MMA) – rachel.siqueira@mma.gov.br

RELATORIA CTPOAR:

- Raquel Scalia Alves Ferreira (SRHU/MMA) - raquel.scalia@cnrh-srh.gov.br

ASSUNTOS DISCUTIDOS:

Às 10h20 do dia 23 de abril do ano de dois mil e oito, sob a presidência da Sra. Leila de Carvalho Gomes (CERH/SP), procedeu-se à abertura da 63ª Reunião da Câmara Técnica de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras - CTPOAR, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH. A presidente agradeceu a presença de todos e solicitou que todos se apresentassem. Deu continuidade a reunião passando para o item 2 de sua pauta, ou seja, [Item 2 – Aprovação da Ata da 62ª reunião da CTPOAR](#). A ata foi aprovada com alterações. [Item 3 – Ofício nº 013/2008/CNRH/MMA \(encaminhamento da 19ª Reunião Ordinária do CNRH\) que trata da proposta de resolução que estabelece diretrizes adicionais que devem ser incluídas nos Planos de Recursos Hídricos de regiões que contenham trechos de Zona Costeira, formulada pela Câmara Técnica de Integração da Gestão das Bacias Hidrográficas e dos Sistemas Estuarinos e Zona Costeira \(CTCOST\)](#). Nesse momento a **Sra. Patrícia Boson (Indústrias)** informou que tal encaminhamento saía da última reunião do CNRH que considerou pertinente que o assunto fosse discutido na CTPOAR e na CTPNRH, por trazerem artigos específicos sobre as competências dessas CTs, no caso da CTPOAR, especificamente o art. 4º. Informou que um outro grupo de conselheiros, que se reuniram, havia constatado que a CTCOST não haveria respeitado o Decreto nº 5.300, de 2004. Disse que a proposta de resolução somente abordaria o instrumento plano, não sugerindo integração, ficando assim um trabalho isolado. Ainda disse sobre a necessidade de debater sobre a matéria que por ser muito maior que uma intervenção tornando assim incompatíveis e até ilegais. Disse ainda que a intenção da proposta de resolução seria boa, mas confusa. Sugeriu a criação de um GT entre as câmaras que receberam a matéria para análise por parte do Plenário do CNRH, para que não ficasse restrita a uma única visão. Disse para que todos ficassem atentos quanto a solicitação do CNRH. A **Sra. Andréa Figueiredo (MME)** disse que a proposta de resolução não apresentaria diretrizes, conforme seriam as resoluções do CNRH e sim uma receita. Ainda informou que um GT já havia sido criado na última reunião da CTPNRH, onde representantes da CTCOST fizeram uma apresentação demonstrando a intenção que não se traduziria no texto proposto. Disse que por causa das desconformidades houvera muita discussão e que também ponderava o porquê da proposta ter vindo para a CTPOAR. O **Sr. Leonardo Mitre (ANA)** disse que houveram vários problemas no caminho dessa proposta de resolução, bem como a tramitação referente as atribuições e a mesma com relação ao Plano e que a forma do texto não estaria adequada, nem o encaminhamento da CTCOST. Comentou que não se observava formas de integração no texto, somente de documentos, sendo isso uma questão séria. Disse também que o problema estaria no tamanho do foco que a proposta apresentava, mesmo sabendo que alguns dos estudos previstos já estariam prontos, mas que a questão principal seria integrar sistemas. Informou que o GT formado na CTPNRH que seria coordenado pelo Sr. Lotufo, superintendente da ANA que têm a pretensão de reconstruir a proposta que já foi elaborada e que na sua opinião só deveria ser criado um único GT. Disse não ser um assunto de absoluta urgência, mas também não se poderia perder tanto tempo. A **Sra. Leila Carvalho (CERH/SP)** informou a todos que a CTPOAR não teria ligação direta com o assunto, mas necessitaria verificar o impacto do art. 3º, devido ao cuidado com o que os órgãos gestores deveriam ter com o Ministério Público nas suas interpretações, mas que deveria ser aproveitada a cultura que a CTCOST obteve. A **Sra. Rachel Landgraf (SRHU/MMA)** esclareceu sob a necessidade de se otimizar o tempo de discussão, o que seria possível com um GT inter câmaras, mas isso não havia sido deliberado na reunião da CTPNRH. Informou que o GT da CTPNRH estaria composto por membros da ANA, SRHU, CERH/SP, MME, ONG, SEAP e Concessionárias e que até a próxima reunião da CTPNRH estaria sendo

99 apresentada as considerações sobre proposta de resolução. A **Sra. Andréa Figueiredo**
100 **(MME)** disse que considerando o prazo para análise que a matéria não caberia deliberação
101 por GT, devendo ficar no âmbito das CTs, mas que de qualquer forma a nova proposta de
102 resolução deveria ser discutida conjuntamente entre as CTs envolvidas, além de ser elaborada
103 resposta do Ofício do CNRH. O **Sr. Leonardo Mitre (ANA)** comentou que deveria ser
104 adotada a forma mais eficaz para a discussão desse tema, considerando o tempo, por isso um
105 único grupo. A **Sra. Patrícia Boson (Indústrias)** disse que o grupo extra-oficial formado por
106 conselheiros estaria empenhado na elaboração de um parecer sobre a proposta de resolução,
107 devendo ser concluído no dia 30 de abril, tendo a intenção de ajudar e que durante a
108 elaboração de tal documento, fizeram comparações com o direito Marinho e que não haveria
109 outra hipótese se não a de uma nova proposta de resolução. A **Sra. Andréa Figueiredo**
110 **(MME)** falou que nenhum grupo do CNRH faria uma avaliação como a do grupo de
111 conselheiros e que isso deveria então ser apresentado. De qualquer forma comentou que três
112 pontos deveriam ser considerados na análise, 1) avaliação do impacto; 2) abrangência
113 espacial; e 3) determinações que deveriam existir. A **Sra. Leila Carvalho (CERH/SP)** disse
114 que se a intenção do grupo de conselheiros era apresentar nova proposta de resolução, então
115 que deveria ser aguardado novo documento, para que não houvesse trabalho duplicado. A
116 **Sra. Rachel Landgraf (SRHU/MMA)** disse que, na sua opinião, o que via acontecer refletia
117 um momento muito interessante dentro do CNRH, pois estaria fazendo o Colegiado sair de
118 sua “zona de conforto”, como há muito tempo não acontecia, ou seja, várias CTs trabalhando
119 sob uma mesma matéria, mas que independente do mérito, se o que consta da proposta seria
120 correto ou não, lamentava que a representatividade nas CTs não estivesse funcionando como
121 o esperado, sendo até um fato constrangedor. Segundo ela, não se recordava, como relatora da
122 CTCOST, que o representante da Indústria na Câmara houvesse se manifestado quanto à
123 necessidade de aprimoramento da proposta de resolução, e que agora, ao final do processo de
124 tramitação da matéria, a Indústria estivesse colocando que a proposta de resolução estaria
125 completamente em desacordo. Esclareceu que o grupo de conselheiros citado seria extra-
126 oficial, não existindo no âmbito do CNRH que repassou a tarefa para a CTPNRH e CTPOAR.
127 Disse que deveria ser aproveitado o tempo dedicado à elaboração de tal proposta de resolução,
128 devendo ser otimizada a discussão, mas não fosse esquecida a necessidade de se discutir
129 representatividade, sendo este um problema orgânico desse Conselho. De qualquer forma,
130 disse ser necessária uma resposta ao Ofício do CNRH e que o GT da CTPNRH estaria
131 apresentando suas considerações à proposta na próxima reunião do CNRH, conforme
132 solicitava o Ofício que encaminhou a matéria. Comentou estar apreensiva com o
133 funcionamento do CNRH, a forma adotada de representatividade e a dificuldade colocada de
134 se integrar as CTs, a saber que a CTPOAR trataria de integração, portanto teme pela cobrança
135 de rendimento, e por isso toda a logística precisaria ser revista. A **Sra. Patrícia Boson**
136 **(Indústrias)** colocou que a apreensão apresentada pela colega que a antecedeu deveria ser
137 colocada na reunião dos presidentes das CTs. Disse também que os temas em discussão nas
138 CTs deveriam ser demandados pelo CNRH pautados a partir do Plano Nacional Recursos
139 Hídricos - PNRH, e não como aconteceu com a CTCOST que já elaborou proposta de
140 resolução sem ao menos o Programa do PNRH referente ao tema estivesse concluído, e disse
141 que essa situação já havia sido colocada inúmeras vezes pela sua pessoa no Plenário do
142 CNRH. Comentou ter sido um equívoco a criação da CTCOST por não ter finalidade na Lei
143 nº 9.433, de 1997, sendo este um dos motivos que a Indústria foi contrária a criação dessa
144 CTCOST, exceto um dos nossos conselheiros menos avisado. E ainda disse que todos os
145 segmentos teriam problema de representatividade, que deveriam ser minimizados. Sugeriu
146 que fosse criado um GT no âmbito dessa CTPOAR para tratar da demanda apresentada no
147 Ofício e que seus membros participem das reuniões do GT da CTPNRH. Esclarecendo, a **Sra.**
148 **Leila Carvalho (CERH/SP)**, leu o art. 33 do regimento interno do CNRH, onde não está

manifestada a possibilidade de grupos entre câmaras, assim se o GT fosse criado na CTPOAR seria mera formalidade, considerando a necessidade de discussão e construção conjunta entre as CTs. Nesse momento, manifestaram interesse em participar do GT na CTPNRH os segmentos: Indústrias, ANA, ABRAGE e CERH/SP, mas que a princípio poderiam estar discutindo via e-mail, até que existisse um ajuste preliminar com o GT da CTPNRH referente ao cronograma de reuniões. A **Sra. Patrícia Boson (Indústrias)** ratificou que todas as suas manifestações seriam respaldadas pelos representantes de seu segmento e a necessidade de se elaborar o planejamento do CNRH, bem como a priorização de temas para discussão nas CTs. No [item 7 – Assuntos Gerais e Encerramento](#), a **Conselheira Patrícia Boson (Indústrias)** comentou sobre a Resolução CNRH nº 81, de 2007, onde estaria previsto o tema outorga em zona costeira como atividade para 2008, não estando previsto para CTPOAR, sendo um equívoco, pois o acordo realizado com a CTCOST, quando do envio de resposta ao Ofício da CTCOST seria de uma elaboração conjunta de proposta de resolução, após o levantamento que esta iria realizar sobre os documentos e procedimentos necessários. Afirmou que a CTCOST já estaria elaborando tal proposta de resolução e por isso a CTPOAR deveria encaminhar Ofício lembrando o compromisso assumido anteriormente, contudo a afirmação não foi confirmada. O **Sr. Leonardo Mitre (ANA)** informou sobre a realização de um evento organizado pela ANA, nos dias 28 e 29 de maio junto aos órgãos gestores visando uma discussão e aprimoramento dos procedimentos internos de outorga, e que o comunicado iria acontecer oportunamente. Comentou também sobre o treinamento técnico focado em procedimentos de análise de outorga, com duração de 5 dias, já realizado em 7 estados (AC, PA, RN, RS, MT, MS e SC). A **Sra. Leila Carvalho (CERH/SP)** sugeriu que fosse agregado no evento com os órgãos gestores a temática fiscalização e seu problema de delegação. A **Sra. Patrícia Boson (Indústrias)** comentou sobre a proposta deliberativa do Estado do Pará que trata dos procedimentos de outorga, mas que possuía semelhanças com os estudos ambientais (EIA/RIMA) por isso diferenciando das demais normas estaduais que tratam do tema, bem como da Resolução CNRH nº 65, de 2006 e demonstrou sua preocupação quanto a forma de encaminhar tal preocupação, sem intervir na autonomia do estado e assim questionou como o CNRH poderia fazê-lo, antes dessa deliberação ser publicada. Solicitou ajuda para essa intervenção tanto para a ANA como para o Fórum dos Órgãos Gestores. A **Sra. Marília de Melo (IGAM)** informou que no dia 16/05 estaria sendo realizada a 2ª Reunião do Fórum Nacional de Órgãos Gestores que abordaria o tema monitoramento, cujo convite estaria sendo emitido no dia 23/04 e que oportunamente sendo disponibilizada a pauta do evento. O intervalo de almoço aconteceu das 12h06 às 14h10, quando foi abordado o [item 4 – Continuação da análise técnica da Resolução ANA nº 399/2004, encaminhada pela CTIL](#). Iniciaram com a leitura do texto propositivo a partir do § 1º do art. 2º da proposta de resolução que “estabelece diretrizes e critérios técnicos para a caracterização da unidade de um curso de água por meio da identificação do curso de água principal de bacias e sub-bacias para fins de aplicação dos instrumentos de gestão de forma compartilhada e integrada”. Na sequência ponderaram o uso da expressão indivisível e as interpretações que poderiam acontecer devendo ser verificada a coerência com os considerandos, após discussões decidiram pela exclusão da expressão, baseados no caráter unitário do curso de água, independente da mudança de toponímia. Concentraram as discussões também na forma de expressar quanto ao uso da escala e cartografia, devendo ser definida nesta proposta de resolução, mas tendo o cuidado de abranger todo o sistema cartográfico, considerando as interpretações dos Ministérios Públicos, que sempre em caso de conflito adota a cartografia do IBGE. Contudo ressaltaram que o IBGE não trabalharia com escalas menores, e que em casos estaduais seria comum se adotar tais escalas, mas foi esclarecido que o IBGE delega para órgãos estaduais a competência para elaborar estas cartas, sendo assim reconhecidas pelo IBGE. Acordaram como texto final para este item o seguinte: “Art. 3º A determinação das

199 áreas de drenagem terá como base o Sistema Cartográfico Nacional”, sendo que o sistema
200 citado abrangeria as cartas elaboradas pelo IBGE, bem como as demais elaboradas pelas
201 instituições delegadas pelo mesmo, assim não utilizando a expressão Cartografia Sistemática
202 Terrestre Básica, pois esta se limita às escalas de 1:25.000 a 1:1.000.000, não sendo as escalas
203 de trabalho dos estados. Comentou-se sobre a limitação existente na cartografia, por não
204 possuir informações altimétricas. Foi informado a CTPOAR que o Conselho Nacional de
205 Cartografia (CONCAR) indica como ideal o uso da expressão nome geográfico e não
206 toponímia, contudo a CTPOAR optou por manter a expressão toponímia por acreditar ser
207 bastante conhecida no meio técnico-científico. O texto da proposta de resolução foi
208 aprimorado e concluído sendo dado o encaminhamento da matéria para a CTIL. Nesse
209 momento a relatora da CTPOAR, **Raquel Scalia (SRHU/MMA)** informou da necessidade de
210 elaboração de nota contendo as justificativas para a publicação da matéria e algumas
211 explicações técnicas, conforme procedimento acordado na reunião dos presidentes das CTs.
212 Assim, os membros da CTPOAR colaboraram apresentando as idéias principais que deveriam
213 conter tal documento, ficando a elaboração a cargo da relatora. [Item 5 – Análise da proposta](#)
214 [de Resolução que estabelece diretrizes gerais para a definição de vazões mínimas.](#)
215 Primeiramente foi lida a proposta de resolução para conhecimento de todos, mesmo tendo
216 sido disponibilizada com antecedência devida. Após a leitura a **Sra. Patrícia Boson**
217 **(Indústrias)** comentou que a proposta de resolução estaria voltada para o setor elétrico não
218 podendo ser aplicada para todos os usuários. Questionou se não seria válido o aprimoramento
219 da Resolução CNRH nº 16, de 2000, inserindo nesta os critérios referentes à vazão
220 remanescente, ao invés da elaboração de uma nova proposta somente sobre esse aspecto, haja
221 vista o paralelismo necessários entre estas. Disse ainda que esses critérios não caberiam aos
222 comitês, por ser específico para análises de outorgas, não podendo ser contaminada pelo
223 caráter político, como seria no âmbito do comitê. Lembrou ainda que nos licenciamentos
224 ambientais não estão sendo apresentados os valores de vazão ecológica, parâmetro específico
225 dos órgãos de meio ambiente. A **Sra. Andréa Figueiredo (MME)** questionou quais seriam os
226 valores de vazão ecológica e de usos múltiplos, bem como a de manutenção do ecossistema
227 aquático, pois estas seriam as dificuldades do setor elétrico. Restringiu-se as ponderações
228 quanto a proposta de resolução e passou-se para a apresentação do Sr. André Pol
229 (SRHU/MMA), conforme encaminhamento da última reunião. Com o uso da palavra o **Sr.**
230 **André Pol (SRHU/MMA)** fez sua palestra abordando o projeto denominado integração entre
231 a gestão de recursos hídricos e meio ambiente, a ser desenvolvido no âmbito do Projeto
232 Nacional de Ações Integradas Público Privadas para a Biodiversidade – GEF – PROBIO II
233 Iniciou sua abordagem contextualizando a partir dos princípios da Política Nacional de
234 Recursos Hídricos, dos objetivos do Plano Nacional de Recursos Hídricos e do GEF PROBIO
235 II, onde em seu componente 3 (Fortalecimento Institucional e Geração de Informações sobre
236 Biodiversidade para o Desenvolvimento de Políticas) estaria o projeto em questão. Em
237 seguida esclareceu sobre a abordagem ecossistêmica e sua inserção no Plano Nacional.
238 Destacou os objetivos do projeto: - Estruturação e aperfeiçoamento de base conceitual e
239 metodológica de suporte às discussões relativas aos objetivos quantitativos e qualitativos da
240 água no contexto do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, identificando
241 formas de articulação entre as políticas de recursos hídricos e de meio ambiente, avaliando os
242 reflexos sobre os diferentes setores envolvidos na gestão de recursos hídricos; - Identificação
243 de potencialidades e limitações a aplicação dos conceitos e metodologias associados a
244 abordagem ecossistêmica (Ecorregiões Aquáticas e Vazões Ecológicas) e - Identificação de
245 áreas propícias e parcerias para o desenvolvimento de estudos e programas piloto. Na
246 sequência apresentou a previsão orçamentária, onde primeiramente estaria reservado o
247 montante de US\$ 84.000,00. Sobre as Oficinas de trabalho, em número de 3, sendo a terceira
248 a consolidação e integração das duas primeiras destacou os objetivos e insumos a serem

utilizados. Finalizando citou o cronograma de atividades, onde o Termo de Referência para contratação de consultores sobre os temas envolvidos estaria concluído em 05/2008, as oficinas 1 e 2 realizadas em 06/2008, a oficina 3 em início de agosto e a conclusão para novos passos sobre o trabalho em final de agosto de 2008. (**Anexo I**). Finalizada a apresentação, a **Sra. Leila Carvalho (CERH/SP)** iniciou os debates comentando sobre os editais do CTHidro procurando entender melhor de que forma poderia ser tratada com as contribuições dessa CTPOAR, considerando que a abordagem da proposta de resolução seria muito mais restrita. Ponderou sobre a participação na Oficina de trabalho. De um modo geral, questionou sobre a viabilidade do projeto apresentado, haja vista o intervalo de tempo proposto (conclusão em final de agosto) e as contribuições quase que pontuais da CTPOAR. Sugeriu o envolvimento total dos órgãos ambientais nas tratativas desse assunto, o que favoreceria a conclusão de uma metodologia que atendessem as demandas de todos os gestores. Continuou questionando sobre a interface do trabalho com as ecorregiões aquáticas e o impacto no enquadramento dos corpos de água. O **Sr. André Pol (SRHU/MMA)** esclareceu que quanto à ecorregiões a interface estaria na classificação de ambientes que a vazão permite, a partir da limitação de espécies aquáticas, bem como na fisiografia da bacia, podendo existir vários ecossistemas na mesma. Ainda comentou que se fossem mapeados os ecossistemas e os seus padrões de qualidade, bem como os pretendidos, poderia ser resguardada a aplicação de instrumentos de gestão. O **Sr. Sebastião Bosquilia (Comitês)** comentou sobre a aplicação desse novo recorte com visão das comunidades aquáticas, por falta de parâmetros culturais. O **Sr. Luiz Henrique (CERH/BA)** disse que essa proposição caberia muito mais para a gestão ambiental e a aplicação de seus instrumentos do que para a gestão de recursos hídricos e seus instrumentos, mas seriam complementares para esta no apoio a tomada de decisão. A **Sra. Tânia de Miranda (OTEP)** questionou o porquê do envolvimento da TNC. O **Sr. André Pol (SRHU/MMA)** informou que a metodologia utilizada quanto à ecorregiões estaria sendo aperfeiçoada pela TNC e o conhecimento adquirido que possuem tornaram-os líderes na aplicação dessa metodologia que necessita de muitos dados, o que tornaria prático iniciar pela estrutura existente, elaboradas as devidas adequações para a nossa realidade. O **Sr. Luiz Henrique (CERH/BA)** continuando com suas ponderações questionou se haveria uma atividade inicial, pois estaria temendo a utilização de tal metodologia, por mal se ter conseguido aplicar os atuais instrumentos de gestão já estaria sendo apresentada outra metodologia. Comentou que inicialmente haveria uma inércia para aplicação da metodologia e por isso não se deveria criar expectativa. Concluiu dizendo que o instrumento que seria mais impactado seria o enquadramento. A **Sra. Célia Poeta (SMA/SP)** questionou sobre a proposta apresentada que ela interpretaria como sendo de integração e em que momento apareceria o meio ambiente. O **Sr. André Pol (SRHU/MMA)** esclareceu que seria integração entre as políticas, seguindo tendências metodológicas globais, buscando o caminho de abordagem ecossistêmica, indo de encontro aos princípios da Agenda 21, principal documento resultante da CNUMAD - Eco92, sendo importante iniciar para que a médio ou longo prazo fosse realmente incorporada e que o meio ambiente estaria representada a partir de parcerias com a SBF, AquaBio, IBAMA e ANA, além do projetos do CTHidro, interferindo em seus editais e com a TNC. A **Sra. Célia Poeta (SMA/SP)** questionou se a metodologia seria aplicável ou não e como seriam as oficinas propostas. O **Sr. André Pol (SRHU/MMA)** esclareceu que teriam 6 anos já de estudo sobre o tema, com aquisição de dados, que foi completado pelo **Sr. Glauco de Freitas (TNC)** que disse que o importante também seria entender o estado da arte atual e que hoje estariam com esse projeto iniciando uma 2ª fase com experiências pilotos e parcerias. Quanto às oficinas o **Sr. André Pol (SRHU/MMA)** esclareceu sobre a existência de recursos, mas não o suficiente para um aporte acadêmico, e que um dos objetivos seria “sentir” os setores, diminuindo rumores e dificuldades, apresentando-lhes uma proposta de resolução que definisse a vazão de restrição. E deste

encontro esperar-se-ia a elaboração de uma Nota Técnica indicando o melhor caminho, cujo alcance final estaria dentro de um processo, bem como a conclusão da proposta de resolução que retornaria para a CTPOAR para os ajustes finais, assim um dos documentos preparatórios para a oficina seria a proposta de resolução da CTPOAR. A **Sra. Leila Carvalho (CERH/SP)** concluiu que a oficina seria mais informativa, mas que precisaria estar articulada. A **Sra. Patrícia Boson (Indústrias)** fez um breve comentário dos temas em pauta, ou seja, até que ponto a zona costeira estaria em ecorregiões. Disse ficar assustada quanto às ações contidas no projeto e o impacto na aplicação política e possuir dois temores 1) quanto aos editais, por acreditar que consultores devam ter um olhar de “realmente como a vida se comporta” e 2) que o CONAMA não aplicasse toda essa metodologia e colocasse como comando e controle. O **Sr. André Pol (SRHU/MMA)** para as suas palavras finais, disse que tecnicamente não estaria tão longe o uso das metodologias faltando somente um consenso político e que o ideal seria desenvolver um modelo próprio usando terminologia conveniente e realizar compilações de novos questionamentos e proposições de direção. A **Sra. Leila Carvalho (CERH/SP)** agradeceu a apresentação, bem como os esclarecimentos dados pelo palestrante e encerrou a reunião desse dia 17h50 ratificando a continuação desta no dia seguinte a partir das 9h. A reunião que foi reiniciada no dia 24 de abril às 9h36 com o item 6 - [Análise da proposta de resolução que dispõe sobre procedimentos gerais para o enquadramento de corpos de água de uma bacia hidrográfica e dá outras providências](#). Esclareceu-se que essa proposta de resolução teria originado do grupo de trabalho que realizou 9 reuniões, sendo uma ocorrida em São Paulo, sempre com a presença considerável de órgãos gestores estaduais. Tal grupo de trabalho tinha o objetivo de revisar a Resolução CNRH nº 12, de 2000, a partir de uma indicação da Agência Nacional de Águas. Acordaram como metodologia para apreciação da matéria a leitura desde o início e conforme a necessidade as intervenções seriam feitas. Várias propostas e questionamentos foram colocados para o aprimoramento do texto, sendo até ponderadas colocações apresentadas por escrito pela Sra. Martha Sugai (COPEL) e pela ABRAGE. As modificações foram colocadas a partir do 4º considerando. Foi apontada a preocupação do setor de saneamento considerando o enquadramento a jusante do local de lançamento, mas foi esclarecido que isso deveria ser explicado na etapa de diagnóstico determinada pela proposta de resolução. Apontaram também pelo cuidado com a revisão de Planos devido aos custos. O **Sr. João Clímaco (ONG)**, quando da discussão do artigo referente ao diagnóstico, lembrou do cuidado com o pacto político, bem como a operacionalização do genérico. Comentou sobre a importância do princípio da participação, mas o cuidado com o domínio dos interesses setoriais. Disse que os argumentos usados para o bem também se aplicariam para o mau, mas mesmo sabendo que estava escrito na proposta de resolução a participação no âmbito do comitê, deveria se ter o cuidado com os interesses sociais e assim ter na proposta de resolução aspectos que garantissem os interesses das ONGs. A **Sra. Andréa Figueiredo (MME)** ponderou que essa proposta fosse aplicável em todo o território nacional, haja vista as diferenças regionais. O **Sr. Wesley de Souza (CERH/ES)** disse que a proposta de resolução deveria ter uma inovação no que tange ao órgão gestor assumir atividades na ausência de comitês. Disse que o processo proposto pelo Sr. João Clímaco necessitaria de muita consulta, mas que deveria ter o cuidado desse processo não engessar, atrapalhando as outorgas e instalações de empreendimentos, mas que independente disto não deveria ser construída baseando-se na má-fé das pessoas. O **Sr. Luiz Henrique (CERH/BA)** disse que as etapas de participação popular apontadas na proposta de resolução seriam suficientes para as consultas e detecção de falhas. O **Sr. João Clímaco (ONG)** ratificou seu posicionamento quanto a maior participação popular em todas as etapas do processo, não somente nas duas finais, por acreditar ser uma exigência da democracia. Disse ainda que temia que estivesse sendo imposta uma visão somente administrativa na proposta de resolução, o que reduziria a importância da participação tão apontada na Lei nº 9.433, de

1997 e que nunca sentia-se contemplado quando apresentados argumentos administrativos. Ponderou também sobre o impacto da prioridade política. Disse não observar que a diversas etapas de participação da sociedade pudessem engessar o processo. Concluiu observando que a compulsão desapropriada esvaziava o sentido maior da Lei nº 9.433, de 1997 em relação o instrumento participativo e que a base da solução seria incorporar a cada etapa os conflitos, permitindo a temporalidade. A **Sra. Leila Carvalho (CERH/SP)** disse da impossibilidade de se enquadrar sem diálogo de todas as partes, o que aconteceria principalmente a partir do prognóstico. A **Sra. Andréa Figueiredo (MME)** disse que o mais importante dentro do processo seria a participação ao seu final. O **Sr. João Clímaco (ONG)** disse temer que muitos conflitos não eram minimizados pelos processos administrativos e com isso esses problemas seriam deixados para quem viesse depois. O **Sr. Erivelto Silveira (Prestadoras)** comentou que quando a sociedade é esclarecida sobre um empreendimento esta mesma chama-a. A CTPOAR não acatou os comentários apresentados pelo Sr. João Clímaco, mantendo o texto original da proposta de resolução, quanto a esse aspecto. Ponderaram sobre o número de estudos, mas esclareceram que estando o diagnóstico concluído para o Plano de bacia, este deveria ser utilizado para o enquadramento, o que evitaria um mercado de consultoria, mas que não se deveria limitar os procedimentos por uma visão economicista do Plano. O **Sr. João Clímaco (ONG)** sugeriu que fossem inseridos aspectos para a avaliação comparativa de potencialidade de influência verificando os níveis de integração com as demais políticas, com um olhar estratégico já na etapa de diagnóstico, o que não foi acatado pela CTPOAR, considerando que os itens existentes já contemplavam a demanda tanto no diagnóstico como no prognóstico. A **Sra. Andréa Figueiredo (MME)** de um modo geral comentou sobre o papel político do CNRH de deliberar sobre temas que afetariam tantos setores, considerando a representatividade dentro das câmaras técnicas que se limitam a parte técnica. Disse concordar com as demandas colocadas pelo Sr. João Clímaco, haja vista o caráter estratégico que o enquadramento possui e que por isso deveria ser abordado no prognóstico. Ainda comentou o nível que seria trabalhado o enquadramento e que lhe causava estranheza fazer o enquadramento sem a elaboração do Plano, tamanha a vinculação entre esses documentos, mas que entendia ser necessário, num intervalo curto de tempo, o enquadramento dos cursos de água do Brasil. O **Sr. João Clímaco (ONG)** disse que parâmetros qualitativos das ciências sociais deveriam estar no diagnóstico. A **Sra. Célia Poeta (SMA/SP)** observou que os estudos sugeridos apresentariam um alto grau de dificuldade para serem elaborados e que deveriam ser apresentados estritamente os necessários, objetivando o trabalho sustentado em justificativas técnicas, o que limitaria a interpretação do Ministério Público, evitando desgastes. O **Sr. Wesley de Souza (CERH/ES)** esclareceu que na proposta de resolução os itens referentes a diagnóstico e prognóstico seriam abordados e não elaborados. O intervalo de almoço teve início às 12h44 e finalizado à 14h06 quando foram retomadas as discussões referentes ao item 6 da pauta. Consideraram que de um modo geral não seria papel do enquadramento ser estratégico e sim indicador de usos pretensos. O **Sr. João Clímaco (ONG)** comentou sobre a descentralização de decisões, a partir da participação social o que legitimaria todos os atos de um processo e que o importante para a participação seria a disponibilização de estudos. Decidiram ser o mais objetivo possível no texto da proposta de resolução quanto o responsável pelo cálculo das vazões, o que também facilitaria na visualização dos custos. O **Sr. João Clímaco (ONG)** comentou que deveria ser retirado da proposta de resolução o caráter utilitarista para assim legitimar o “sentimento”, não esquecendo que o enquadramento baseia-se na sustentabilidade, o que evitaria a racionalidade técnica ser superar essa necessidade. A **Sra. Andréa Figueiredo (MME)** questionou como ficaria o enquadramento em trechos de rios que possuem reservatórios, haja vista a impossibilidade de adequação de um reservatório a classes de trecho de rio sem barramento, considerando a restrição operativa desse reservatório quanto a sua geração garantida em

contrato. Disse que esse cuidado deveria estar na etapa de licenciamento ambiental. Enalteceu seu questionamento e ponderou se não seria desejável que fosse tratado excepcionalmente o setor elétrico. Ainda disse estar vendo muitos problemas de representatividade e por isso sugeriria que a matéria fosse tratada com os pares e retornasse para a discussão após essa consulta, o que particularmente envolveria muitos técnicos do setor, demandando tempo, mas contribuiria para aperfeiçoamento de políticas públicas, o que foi acatado pelo Sr. João Climaco e pela Sra. Teresa Lana, considerando as contribuições de técnicos que conhecessem o tema. A **Sra. Teresa Lana (Concessionárias)** esclareceu esse assunto foi discutido no âmbito do segmento que representa já tendo sido apresentadas as suas contribuições. O **Sr. Leonardo Mitre (ANA)** disse ser contrário a sugestão considerando as 9 reuniões realizadas pelo GT com a presença de representantes do MME, das Concessionárias e das ONGs. Então questionou o porquê de não terem feito a consulta aos seus pares neste intervalo de tempo, afinal os demais representantes dos segmentos já haviam feito, e que abrir esse espaço seria uma premiação para esses setores. Lembrou da existência de mais duas instâncias de aprovação de matéria, onde estes setores poderiam se manifestar. O **Sr. Wesley de Souza (CERH/ES)** disse que as últimas reuniões do grupo não apresentaram elevadas modificações na proposta o que não inviabilizaria as consultas aos pares, pois o texto pouco foi modificado. A **Sra. Raquel Scalia (SRHU/MMA)** sugeriu que fosse estipulado prazo para que o MME enviasse suas contribuições e caso causasse grande impacto no texto a proposta de resolução retornaria a CTPOAR, mas se não fosse seria encaminhada a CTIL, contudo para essa ponderação todos os membros da CTPOAR receberiam a proposta modificativa e se manifestariam quanto ao encaminhamento. Assim a CTPOAR acordou que a data para o recebimento das contribuições seria o dia 15/05 e encaminhamento para conhecimento de todos no dia 16/05. A proposta de resolução foi considerada aprovada. Ainda discutiram que para minimizar o impacto de representatividade todos os membros de CTs deveriam elaborar um periódico, no mínimo, anual para conhecimento de todos que ele representasse. A **Sra. Leila Carvalho (CERH/SP)** encerrou a reunião às 16h59, quando ratificou a data da próxima reunião para os dias 12 e 13 de junho.

Ata aprovada na 64ª reunião, realizada nos dias 12 e 13 de junho de 2008.

Leila Carvalho Gomes
Presidente da CTPOAR

Raquel Scalia Alves Ferreira
Relatora da CTPOAR